

A "Ciência da Lógica" de Hegel e a Dialética Materialista: Uma Nova Visão de um Antigo Problema

0. INTRODUÇÃO

Atualmente não é mais possível visualizar o número de obras que se ocupam com o problema: "A Ciência da Lógica" (CL) ¹ e a Dialética Materialista". Mas apesar desta imensa produção de livros e artigos, pode-se afirmar que a colocação do problema não está suficientemente esclarecida e que este estado precário deve ser atribuído, sobretudo, ao caráter excessivamente global das afirmações destes trabalhos. Se continuarmos a indagar a respeito da razão desse caráter global, então, a resposta não seria difícil de encontrar: A CL de Hegel nunca foi interpretada nem comentada em detalhe, em toda a história da interpretação e da crítica a Hegel. Com razão escrevia Dieter Henrich ainda no ano de 1971: "Quem quer que deseje compreender Hegel, estará sempre sozinho consigo mesmo. Não encontrará qualquer comentário que ajude a sua leitura, mas só encontrará aqueles que pretendem substituí-la (...). De qualquer modo, enquanto permanecer indecifrada a obra básica de Hegel, só se poderá falar sobre dialética, mas não pensar em dialética". ²

O presente trabalho não pretende oferecer uma interpretação completa, mesmo aproximadamente, e satisfatória em todas as suas exigências, nem pretende esclarecer as variadas dificuldades sobre a relação entre a CL e a Dialética Materialista. Mais do que isso, ele visa apresentar, sob uma nova luz, alguns aspectos fundamentais e indispensáveis da *colocação do problema*.

1. "CIÊNCIA DA LÓGICA" DE HEGEL: QUATRO PLANOS TEÓRICOS

Quem quer que queira se ocupar, de uma maneira correta e inquestionável, com a CL de Hegel, precisa estar de início consciente do plano teórico (plano de abordagem), em que se movimenta. É necessário distinguir diversos planos teóricos que, se não forem considerados, conduzem a perigosas confusões metódicas, que derivam para erros objetivos e para objeções infundamentadas e até sem sentido. Pelo menos quatro planos teóricos devem ser considerados.

1.1 *Plano teórico externo à Lógica: Determinação e Justificação do Lógico*

Um primeiro plano teórico, que discute a problemática da determinação e da justificação do ponto de vista da CL, pode ser denominado o modo de abordagem *lógico-externo*. Se quisermos

-
1. As seguintes siglas e abreviaturas serão utilizadas neste trabalho:
- WL I, II = G. W. F. Hegel, *Wissenschaft der Logik*, hrsg. von G. Lasson (Abdruck der 2. Aufl. 1934, Hamburg 1963).
- PhG = G. W. F. Hegel, *Phänomenologie des Geistes*, hrsg. von J. Hoffmeister (6. Aufl. Hamburg 1952).
- Enz. = G. W. F. Hegel, *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse* (1830), neu hrsg. von F. Nicolin und O. Poggeler (6. Aufl. Hamburg 1959).
- MEW = K. Marx — F. Engels, *Werke* (Berlin 1956-1971).
- LW = W. I. Lenin, *Werke* (Berlin 1961-1969).
- Sandkuehler (1) = H. J. Sandkuehler, *Praxis und Geschichtsbewusstsein. Studien zur materialistischen Dialektik, Erkenntnistheorie und Hermeneutik* (Frankfurt/M. 1973, edition Suhrkamp 529).
- Sandkuehler (2) = *Marxistische Erkenntnistheorie. Texte zu ihrem Forschungsstand in den sozialistischen Ländern*, hrsg. von H. J. Sandkuehler (Stuttgart 1973, Problemata 28).
- Puntel = L. B. Puntel, *Darstellung, Methode und Struktur. Untersuchungen zur Einheit der systematischen Philosophie G. W. F. Hegels* (Hegel-Studien, Beiheft 10, Bonn 1973).

2. *Hegel im Kontext* (Frankfurt/M. 1971), Prefácio 7.

fazer justiça às teses fundamentais e intenções da filosofia hegeliana, de modo algum poderemos confundir o plano teórico externo à Lógica com o plano teórico externo ao sistema.³ O plano teórico externo à Lógica, seja este tratado como for, tem que ser considerado simultaneamente como interno ao sistema.

É sabido que Hegel considerou na primeira e também na segunda edição da CL a *Fenomenologia do Espírito* como a verdadeira justificação da CL. Porém, na segunda edição é mencionada expressamente, de modo significativo, e não excluída a tentativa de abandonar a *Fenomenologia do Espírito* como pressuposto da CL: "Mas no caso de o início ser tomado imediatamente, sem fazer qualquer outro pressuposto, então ele se determina só pelo fato de que deve ser o início da Lógica, do movimento do pensar por si. O único existente então é a decisão, que pode também ser vista como arbitrária, de querer considerar o pensar como tal".⁴ Esse abandono da *Fenomenologia do Espírito* recebe na *Enciclopédia* uma outra avaliação metódica. Se nesta não se rejeita a *Fenomenologia do Espírito* como justificação do ponto de vista da Lógica ou do sistema, ao menos não se atribui mais a ela a posição central, que lhe foi expressamente concedida ainda na segunda edição da CL.⁵ "A decisão de querer considerar o pensar como tal" é agora interpretada assim: "O ato livre de pensar consiste em colocar-se no ponto de vista em que o pensar está por si mesmo, e pelo qual se gera para si e se dá seu objeto".⁶ No parágrafo 78 tal decisão é interpretada como a própria realização da exigência do ceticismo realizado, a saber, de "QUE a dúvida de tudo, isto é, a total carência de pressupostos deve preceder à ciência".⁷ Porém a *Enciclopédia* conhece, ainda, uma outra justificação do significado e do ponto de vista da CL, a saber, "as posições dadas ao pensamento em função da objetividade". Hegel denomina este tipo de justificação de "introdução mais próxima", não lhe emprestando o mesmo significado que à *Fenomenologia do Espírito* e à "decisão pura de querer pensar", dado "que ela tem, ainda mais, a desvantagem de poder comportar-se só de modo superficial racional e historicamente".⁸ Essas sugestões breves atestam suficientemente que há para Hegel um problema do significado e do ponto de vista da CL, e assim um plano teórico externo à Lógica.

3. Cf. a minha discussão com H. F. Fulda em Puntel 308-333.

4. WL I 54.

5. Cf. Enz. § 25 A. e WL I 7, 29 s., 53,55.

6. Enz. § 17.

7. Enz. § 78 A.

8. Enz. § 25 A.

1.2 *Plano teórico interno à Lógica: Estrutura Interna do Lógico*

Podemos designar como plano teórico *interno à Lógica* o segundo plano teórico que tem a ver com a estrutura interna do Lógico. Aqui a questão sobre o significado e a justificação da dimensão — em termos hegelianos: do “elemento”⁹ — da Lógica surge como já resolvida e explicada. Entretanto, neste plano ainda nada é dito sobre os objetos reais ou âmbitos reais, porque a CL, como tal, não apresenta qualquer disciplina filosófica do real. Naturalmente encontramos na apresentação das determinações lógicas, frequentemente, referências a objetos e âmbitos da filosofia do real, mas essas referências pertencem a um plano teórico ulterior e interno ao sistema (cf. 1.3). Com respeito ao plano interno à Lógica indicaremos aqui dois pontos de vista.

1. De início é inevitável perguntar qual o lugar em que o princípio de estruturação (princípio de sistematização) da CL pode ser visualizado. Permito-me aqui fazer referência ao meu livro: *Darstellung, Methode und Struktur. Untersuchungen zur Einheit der systematischen Philosophie G. W. F. Hegels* (Hegel — Studien, Beiheft 10, Bonn 1973).¹⁰

Ali pesquisei tal questão e mostrei que o princípio estrutural só pode ser encontrado em uma estreita relação de correspondência entre Lógica, Fenomenologia e Noologia (= “Psicologia” em Hegel).

2. O método da CL não pode ser entendido como regra superior de operação, que diz respeito às determinações lógicas expostas numa relação externa de aplicação. Sem dúvida, método e coisa constituem, indubitavelmente, uma unidade. Mas, por outro lado, surge o problema dos meios de explicação, que incluem uma diferenciação de método e coisa. Somente se consegue esclarecer tal dificuldade, entendendo que a unidade da unidade e da diferença de método e coisa é justamente aquela que é tematizada na CL. Por isso mesmo afirma Hegel com razão no Prefácio à *Fenomenologia do Espírito*: ... “a sua (do método) autêntica apresentação pertence à Lógica, ou mais ainda é a Lógica mesma”.¹¹ Portanto, uma teoria sobre os meios de explicação, sobre o método da Lógica tem que legitimar-se na Lógica. O próprio Hegel discute essa figura decisiva do problema, ao esforçar-se em precisar o método no capítulo final da CL. É sabido que aí ele determina o método com auxílio de terminações reflexivas (imediatidade, negação, negação da negação, imediatidade reproduzida). No entanto, essas

9. Enz. § 19 A.

10. Cf. nota 1.

11. PhG, Prefácio 40.

determinações são inadequadas, tanto no que se refere à articulação das categorias do ser, como no que tange à apreensão das determinações do conceito. Mais acertadas são as escassas indicações de Hegel, quanto às especificações e propriedades do método em trechos parciais da obra: "o processo do conceito" chama-se *passagem* na esfera do ser, na esfera da essência *aparecer no oposto*, e na esfera do conceito *desenvolvimento*.¹²

1.3 *Plano teórico interno ao sistema: o Lógico e o Real*

Em um terceiro plano teórico interno ao sistema, a CL é concebida como parte do sistema global. A relação da CL, como relação entre a primeira parte com as outras, resulta de forma completamente inequívoca das numerosas referências à CL na totalidade da obra de Hegel. Além disso, encontram-se, freqüentemente, exemplos na CL de aplicação das determinações lógicas aos objetos e âmbitos reais, conforme foi acima indicado (cf. 1.2).¹³ Daí resulta uma compreensão da CL que vê nesta obra o instrumental lógico englobante do pensar — justamente aquilo que a Lógica quer ser: "um Tratado do Método".¹⁴

1.4 *Plano teórico sistemático-global: A Auto-interpretação Conjunta da CL*

Um quarto e último plano, o plano teórico *do sistema global*, precisa ainda ser considerado. Aqui encontramos aquelas afirmações, que tiveram presente, de uma maneira bastante particular, *Marrx, Engels e Lenin*, além de outros representantes do materialismo dialético e pelas quais eles se deixaram enganar, como mostraremos ainda. Os três "slogans" decisivos são: *Idéia, Espírito, Deus*.

1. Em uma perspectiva metódica as afirmações de Hegel sobre a *Idéia* desempenham um papel muito especial. Ele expõe que "as diferenças das ciências filosóficas particulares são apenas determinações da própria *Idéia*".¹⁵ Consequentemente, a Lógica é a ciência da *Idéia* em si e por si, a filosofia natural é a ciência da *Idéia* em seu ser outro, a filosofia do espírito é a ciência da *Idéia* que retorna do ser outro para si mesma. Essas formulações suscitam na imaginação a impressão de que a *Idéia* apareceria como um Objeto Absoluto, que se "realizaria" nos diversos âmbitos. Uma

12. Cf. *Enz.* §§ 161, 240, 244 etc.

13. Cf. *Puntel*, esp. 77 ss.

14. Kant utilizou esta expressão para caracterizar a finalidade da "Crítica da Razão Pura" (B XXII).

15. *Enz.* § 18 A.

tal representação se torna bastante concisa, na formulação da passagem da Idéia Lógica para a Natureza. Essa passagem, na quase totalidade da história da interpretação e crítica a Hegel, foi representada como uma transformação misteriosa, mais ou menos atribuída ao mito, de um sujeito absoluto e abstrato com uma natureza que se despoja de sua naturalidade.

2. Frequentemente citam-se as grandes afirmações programáticas de Hegel sobre o *Espírito*: "Que o verdadeiro seja efetivamente real só como sistema, ou que a substância seja essencialmente sujeito, isto é expresso na representação (!), que exprime o Absoluto como *Espírito*. É este o conceito mais sublime, o qual pertence à época moderna e à sua religião. Somente o espiritual é efetivamente real ..."¹⁶ No Prefácio à *Fenomenologia do Espírito* Hegel determina a conexão entre o Espírito e a Lógica da seguinte maneira: "O espírito, que se sabe assim desenvolvido como espírito é a *Ciência*. Ela é a sua realidade efetiva e o reino, que ele se constrói em seu próprio elemento."¹⁷ Mais adiante, se diz: "Este movimento das essências puras (i. é, lógicas) constitui a natureza da cientificidade em geral."¹⁸ A razão, pela qual as afirmações de Hegel são tão difíceis de interpretar, reside no fato que o "Espírito" é o concreto, que assim pressupõe a "mediação" tanto no âmbito do pensamento como no âmbito do real. No que diz respeito às afirmações centrais sobre o espírito na *Fenomenologia do Espírito*, façamos referência neste contexto à uma observação característica sobre esta obra do ano de 1831: "Obra singular dos primeiros tempos, não deve ser revista. (...) — no prefácio: o absoluto abstrato imperava então."¹⁹

3. Uma ulterior afirmação sistemático-global de Hegel sobre a CL é aquela formulação, tão frequentemente citada e também equivocadamente compreendida, da Introdução à CL: "A Lógica ... deve ser compreendida como o reino do puro pensamento. Este reino é a verdade, tal como ela é em e para si mesma, sem véus. Desta maneira é possível expressar-se do seguinte modo: este conteúdo é a representação de Deus, tal como Ele é em sua essência eterna, anterior à criação do mundo, e de um espírito finito."²⁰ Em outra obra ocupei-me detalhadamente com os equívocos ensejados por esta formulação.²¹ Aqui gostaria de insistir apenas no fato de que, para Hegel, Deus é, sem dúvida, o objeto supremo, absoluto, o mais

16. PhG 24.

17. Ibid.

18. PhG 31.

19. Cf. PhG 578.

20. WL I 31.

21. Cf. Puntel 101 ss.

próprio da filosofia.²² Mas, com isto fica aberto como se deve compreender, exatamente, o texto em questão.

Quanto às afirmações sistemático-globais de Hegel, façamos ainda duas observações.

a) Qualquer filosofia, de uma ou de outra maneira, formula afirmações sistemático-globais, mesmo quando apenas se restrinja a se auto-interpretar e a se auto-delimitar. Assim, por exemplo, a dialética materialista contém afirmações sistemático-globais bem explícitas das quais ainda teremos que nos ocupar extensamente. Como já foi mencionado, as afirmações sistemático-globais de Hegel, nas quais a Idéia desempenha o papel principal, caracterizam a perspectiva mais metodológica do sistema. Entretanto, elas podem ser inteiramente mal-entendidas, se não considerarmos e fizermos atenção às indicações insistentes e repetidas de Hegel, que visam, indubitavelmente, à inadequação e à desproporção da forma da proposição para a formulação de verdades filosóficas.²³ É quase incompreensível, levando seriamente este fato em conta, como as afirmações sistemático-globais de Hegel sobre a Idéia, puderam ser tão basicamente mal-entendidas.

b) A seguinte observação, quanto às afirmações de Hegel sobre *Deus* e o *espírito* se evidenciará como muito importante para a avaliação crítica da inversão materialista da CL. O Espírito Absoluto ou Deus deve ser inicialmente concebido como um "objeto" da esfera religiosa. Hegel tenta, então, conceptualizar este objeto. Mas como procede esta compreensão? As afirmações sistemático-globais acima mencionadas, interpretam a Lógica a partir do Espírito Absoluto ou Deus. Nesta perspectiva suprema o "objeto absoluto" forma a dimensão última e intransponível, a partir da qual tudo, inclusive a Lógica, é compreendido. Consequentemente, as afirmações sistemático-globais de Hegel parecem apresentar o ponto culminante de uma metafísica teológica. Entretanto, se se permanece nesta perspectiva, falseia-se o sentido e a intenção das afirmações hegelianas. As afirmações sistemático-globais de Hegel não serão, de fato, compreendidas, se não se considera essencialmente, e em primeiro lugar, também o movimento inverso: não o caminho do objeto absoluto para a Lógica, mas o movimento da Lógica para o objeto absoluto. O objeto absoluto, que é encontrado na História da Religião, deve ser previamente compreendido, antes de que ele, como

22. Cf. p. ex. *Vorlesungen ueber die Philosophie der Religion*: "O objeto destas lições é a filosofia da religião, e o próprio objeto da Religião é o supremo, o absoluto ..." (Tomo I/1.1 — Edição Lasson, Reimpressão da 1.ª Edição 1925, Hamburgo 1966). A citação é tomada do manuscrito original de Hegel.

23. Cf. WL I 75 ss.; Enz. § 31 A.

dimensão definitiva e insuperável possa interessar para a interpretação da Lógica. Justamente para este fim, é empregada a Lógica, como o instrumental universal para qualquer conceptualização. Mas, com isto a Lógica é também pressuposta, pois é a partir dela, que se deve decidir de que maneira e em que sentido o "objeto absoluto" é ou pode ser conceptualizado. Por isso é necessário frisar que, em uma perspectiva metódica, compete à Lógica uma prioridade incondicional e ilimitada. Se então a Lógica recebe em uma perspectiva sistemático-global, a partir do "objeto absoluto" uma interpretação última, então trata-se aqui de uma superação da Lógica, justamente com os meios da mesma Lógica.

2. DIALÉTICA MATERIALISTA: QUATRO TESES FUNDAMENTAIS

A luz dos quatro planos teóricos elaborados com referência à CL, deveria ser possível determinar, exatamente, e fazer uma avaliação crítica do programa de Marx da "inversão" da dialética hegeliana. A dialética materialista é o fundamento e a consequência da inversão. Que significa isto? Tentaremos na exposição seguinte um esboço, o mais breve possível, da dialética materialista, com base em quatro teses fundamentais.

2.1 *Dialética materialista como "inversão" da CL*

A primeira tese esforça-se por articular a supressão da dialética hegeliana. Esse processo, cuja desconsideração impossibilita que se determine a dialética materialista, implica uma compreensão específica da CL. As afirmações mais importantes de Marx, a este respeito, se encontram no epílogo à segunda edição do "Capital": "O meu método dialético não é só basicamente diferente do hegeliano como é também seu direto inverso (...) Ela (a dialética) está em Hegel às avessas. É preciso invertê-la, a fim de descobrir o núcleo racional no envólucro místico".²⁴ O mesmo Marx diz com toda clareza de que compreensão da Lógica haverá de surgir a inversão exigida: "Para Hegel o processo do pensamento, que ele até transforma, sob o nome de Idéia em um *sujeito autônomo*, é o 'demiurgo' do efetivamente real, que forma apenas a sua aparência externa".²⁵ Essas interpretações do ano 1873 prosseguem continuando as afirmações do ano 1843, nas quais se exprimiu a compreensão hegeliana do jovem Marx. Na "Crítica ao Direito Estatal de Hegel" o comentário resumido de

24. MEW 23,27.

25. Ibid.

Marx ao § 267 da *Filosofia do Direito* é formulado assim: "O importante é que Hegel sempre faz da idéia um sujeito e do sujeito próprio efetivo, como a 'reflexão política', um predicado..."²⁶ Mas isso tudo não impede Marx de escrever aquela frase, que haveria de ser até hoje o enigma indecifrável da dialética materialista: "A mistificação, que a dialética sofre nas mãos de Hegel, não impede de forma alguma, que ele tenha apresentado pela primeira vez as suas formas gerais do movimento de uma maneira global e consciente".²⁷ Essa concepção decisiva para a dialética materialista é formulada assim em Lenin: "Hegel *adivinhou* genialmente na dialética dos conceitos a dialética das coisas (dos fenômenos, do mundo, da natureza)".²⁸

2.2 Teoria da Base-Superestrutura: Consciência versus o ser material e social

A inversão da dialética hegeliana encontra sua expressão positiva na teoria da Base-Superestrutura. A sua formulação mais resumida e decisiva encontra essa concepção em uma frase de Karl Marx, na qual ele se coloca diametralmente em oposição a Hegel: "Ao contrário, em mim a esfera do ideal não é outra coisa, senão o material convertido e traduzido na mente humana".²⁹ O material é denominado aqui, primeiramente, a estrutura econômica da sociedade: "A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se sustenta uma estrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas sociais de consciência. O modo de produção da vida material condiciona, em tudo, o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário o seu social é que determina a sua consciência".³⁰ Seja como for compreendida a relação entre consciência, ser social-econômico e matéria, para o marxismo-leninismo, a matéria é o dado original que determina todo o resto, ao passo que a consciência somente representa o secundário e o determinado. "O mundo é o movimento regular da matéria, e o nosso conhecimento, como produto supremo da natureza, é só apto a *refletir* a regularidade dessas leis".³¹ A dialética é concebida e compreendida não só como Lógica, como sistema categorial, mas em primeiro lugar como princípio do devir e de transformação da realidade total, material e ideal do ser na natureza e na sociedade, bem como da consciência.

26. MEW 1,209.

27. MEW 23,27.

28. LW 38,186.

29. MEW 23,27.

30. MEW 13, 8/9.

31. LW 14,165.

2.3 Estrutura categorial das leis dialético-materialistas

A estrutura categorial das leis dialético-materialistas resulta, em uma maneira muito clara, do famoso enunciado de *Engels* sobre as três leis gerais da natureza, da sociedade e do pensamento: "A lei da transformação de quantidade em qualidade e, inversamente, a lei de interpenetração dos opostos; a lei da negação da negação".³² As determinações lógicas a partir da esfera do ser (primeira lei) e da essência (segunda e terceira leis) formam exclusivamente a estrutura categorial destas leis. Essa concepção resulta, de modo expressivo, de uma compreensão insuficiente, mais ainda, falsa da CL hegeliana (Cf. 3.3).

2.4 *Dialética Materialista como unidade de Lógica, Dialética e Teoria do Conhecimento*

A tentativa de refletir metodicamente as conexões e pontos de vista explicitados antes encontra a sua expressão na célebre concepção de Lenin da coincidência da Lógica, Dialética e Teoria do Conhecimento. "Se Marx não nos deixou qualquer Lógica (...), pelo menos nos legou a Lógica do "Capital" (...). No "Capital" são aplicadas à uma ciência a Lógica, a Dialética e a Teoria do Conhecimento (são desnecessárias 3 palavras: esta é uma só e a mesma) do Materialismo".³³ As opiniões sobre a interpretação da cláusula leniniana "uma só e a mesma" são divergentes: A coincidência tem que ser concebida como identidade ou como unidade? São sinônimos identidade e unidade? H. J. Sandkuehler descreveu o estado da discussão, e acrescentou algumas reflexões dignas de nota.³⁴ Segundo ele, o ponto mais importante consiste em um esclarecimento preciso do conceito de "reflexo". Se se interpreta a expressão de Lenin "uma só e a mesma", no sentido de que na filosofia não há três disciplinas autônomas que mostram leis diferentes, mas uma única ciência com três diferentes denominações, então a reprodução é concebida segundo Sandkuehler como imagem passiva da dialética objetiva. Invocando F. Kumpf e outros, Sandkuehler defende a tese de que a gnoseologia materialista não pode se satisfazer com a descoberta das leis reproduzidas; a tarefa específica do pensamento é muito mais do que isso, é considerar o saber conhecido como ajuda metódica e base para novos conhecimentos, e aplicá-lo para a transformação prática e revolucionária da realidade objetiva.

32. MEW 20,348.

33. LW 38, 316.

34. Cf. Sandkuehler (1) 287 ss.

3. "CIÊNCIA DA LÓGICA" E DIALÉTICA MATERIALISTA: "STATUS" TEÓRICO E APORIAS METÓDICO-OBJETIVAS DAS TESES DIALÉTICO-MATERIALISTAS

Essas quatro teses da dialética materialista serão agora submetidas à uma análise crítica, a partir de sua relação com a CL de Hegel.

3.1 *Esclarecimento do "status" teórico da "inversão" materialista da CL*

Se se reconhece a necessidade de distinguir e considerar pelo menos quatro planos teóricos para uma compreensão adequada da CL, torna-se, então, facilmente visível que as afirmações dialético-materialistas, que articulam uma inversão desta Lógica, têm que ser atribuídas, fundamentalmente, ao plano teórico *sistemático-global*. Esta constatação metódica é de grande importância para um esclarecimento do problema em curso. Mesmo quando a dialética materialista está disposta a conceder uma certa autonomia à Lógica, no sentido da segunda interpretação, acima mencionada, da frase de Lenin, ela revoga de novo no mesmo fôlego, em grande parte, essa concessão, pois reduz e minimaliza esta autonomia. Visto de um ponto de vista metódico esse "status" teórico das afirmações dialético-materialistas tem uma outra conotação: valorativa completamente diferente da de Hegel. Em Hegel, o plano teórico sistemático-global assume a posição conclusiva e finalmente alcançada, no processo metódico do pensamento, enquanto o sentido do todo sistemático é averiguado, unicamente, com ajuda das determinações lógicas: enquanto a Lógica abre algo assim como uma área de possibilidades de conceptualizar o real, surge em toda a sua agudeza o problema e a tarefa de uma crítica e de uma aplicação das determinações lógicas. Pelo contrário, a dialética materialista procede de modo totalmente diverso. Para ela não existe fundamentalmente tal problema, porque não vê nas determinações lógicas a prioridade metódica, mas interpreta a Lógica de antemão a partir de algo extra-lógico, a saber, a partir do ser material e social, interpretando, então, as determinações lógicas como os reflexos deste.

É de esperar de antemão que, em uma tal perspectiva, a CL não possa ser considerada e apreendida em sua verdadeira pretensão, em sua impressionante coesão e em seu imenso potencial crítico. Esse estreitamento da Lógica associado à abordagem materialista funciona metodicamente de tal maneira que os diversos planos teóricos relativos à CL ou não são considerados, ou são vistos e considerados, apenas, de uma maneira muito restrita. Quando

a dialética materialista focaliza, basicamente, apenas algumas determinações lógicas, selecionadas de forma mais ou menos arbitrária e esporádica, para a articulação das leis dialéticas mais gerais, torna-se então impossível ao plano teórico *interno ao sistema* traduzir plenamente todo seu significado. O plano teórico *externo à Lógica*, o plano da justificação do ponto de vista lógico, é identificado, simplesmente, com a perspectiva sistemático-global: o sentido e a fundamentação da Lógica resultam, então, da teoria sistemático-global do ser material e social; em outras palavras, antes que as determinações lógicas sejam investigadas em si mesmas, e em suas possibilidades críticas, elas são (des)qualificadas como produtos da reprodução do ser material e social. O plano *teórico imanente à Lógica* é reconhecido de alguma maneira, enquanto *Marx*, por exemplo, afirma que Hegel apresentou pela primeira vez, de uma maneira global e consciente, as formas gerais de movimento da dialética; mas isto é uma pretensão irrealizável em *Marx*, por duas razões: *Uma das razões* é que se faz da idéia lógica um sujeito absoluto, o qual significa que a Lógica não é mais entendida em sua estrutura interna, mas experimenta uma transferência para o âmbito de uma metafísica sistemático-global; *a outra razão* é que um plano teórico interno à lógica, em presença da afirmação sistemático-global de que as determinações lógicas são reproduções do ser social e material, só pode ser reconhecida como justificativa num sentido extremamente limitado e derivado. *Sandkuehler* formula a posição dialético-materialista muito caracteristicamente da seguinte maneira: "As formas de pensamento não podem ser conhecidas na sua especificidade lógica, enquanto não forem concebidas como reproduções de sua gênese material e histórica".³⁵

3.2 *Aporias da Teoria da Base-Superestrutura*

É quase impossível negar que a teoria da Base-Superestrutura suscita grandes dificuldades, isto é, inclui impasses que não podem ser desmentidos. Isto é constatado na literatura dialético-materialista, justamente nos últimos anos, através do esforço já infundível em descobrir uma certa compreensão, ou como se diz, um equívoco desta teoria. Uma das tentativas mais notáveis nesse sentido é a já citada obra de *H. J. Sandkuehler*.³⁶

35. *Sandkuehler* (1) 283.

36. Cf. nota 1. Os textos editados por *Sandkuehler* (*Sandkuehler* (2)) transmitem uma visão muito boa do estado das pesquisas e da discussão nos países socialistas. O meu debate com *Sandkuehler* é orientado tendo como fundo esta imensa literatura.

3.2.1 Tentativas de interpretação e de solução

A tentativa de Sandkuehler pretende mostrar que a dialética materialista é "a alternativa para a mecanização não-dialética da relação de sujeito-e-objeto: ela se guarda tanto contra o idealismo da imanência 'puramente espiritual' e autonomia da consciência, como — e ainda não menos — contra o objetivismo de determinação totalmente heterônoma da consciência por parte de 'leis', que, independentemente da práxis do sujeito, sejam inexoravelmente válidas..."³⁷ Sandkuehler conhece e cita vários textos nesta direção que se podem encontrar nos clássicos do materialismo dialético.³⁸ Mas ele se reporta também a outras afirmações, nas quais se rejeita uma estrutura falsa e linearmente ascendente das categorias e das leis, e se atribui, ao invés disso, à dialética uma função prática e revolucionária.

Sandkuehler tenta interpretar o teorema do "reflexo", que articula a teoria da Base-Superestrutura "como modelo da unidade dialética de reflexo e antecipação, determinação e criatividade".³⁹ Ele descobre com perspicácia um dos grandes impasses da compreensão, para ele "mediocre", mais ainda falsa da Teoria da Base-Superestrutura. Ele critica a visão amplamente divulgada que decompõe a dialética materialista em dialética objetiva (como doutrina das leis universais da natureza e da sociedade, independentes da consciência) e dialética subjetiva (como doutrina da reprodução mental da dialética objetiva) e intercala, entre ambos os membros, a Teoria do Conhecimento (como doutrina do modo da reprodução dialética objetiva na dialética subjetiva) como disciplina mediadora.⁴⁰ Sandkuehler vê nesta estruturação um desligamento da Teoria do Conhecimento (como órgão mediador) do âmbito da dialética subjetiva ou do pensamento dialético, e com isso uma "objetivação" da Teoria frente ao caráter ideológico de seus objetos. Segundo Sandkuehler, uma tal estruturação é a tentativa conseqüente de escapar a uma aporia fundamental. "... Quem deixar a dialética do ser e da consciência se atrofiar em um princípio de causalidade unidimensional, e quem reduzir a ação recíproca entre ser e conhecer, sem considerar o critério de práxis do conhecimento, ao condicionamento unilateral do conhecimento através de um ser social definido em forma de substância, esse deve ao menos libertar a Teoria do nexos causal, em vista

37. Sandkuehler (1) 32.

38. Cf. Sandkuehler (1) 98 ss., onde são citados textos importantes de Engels.

39. Sandkuehler (1) 102. Cf. inclusive os trabalhos de A. Kosing, I. S. Narski, K. Goessler e outros em: Sandkuehler (2).

40. Essa concepção é defendida, entre outros, por G. Klaus (cf. seu livro: *Moderne Logik. Abriss der formalen Logik*, Berlim, 1972).

da ameaçadora — ameaçadora *ex definitione* — possibilidade do 'reflexo' de relações sociais objetivizadas por uma 'falsa' consciência, objetivizada, a fim de manter a sua pretensão de ciência e de verdade".⁴¹ Com outras palavras: a Teoria assim compreendida da Base-Superestrutura só pode ser mantida, se ela se desliga a si mesmo, como Teoria, do âmbito de sua aplicação, isto é, se ela se guarda cuidadosamente de qualquer auto-aplicação. No entanto, Sandkuehler não se interessa pela inconsistência da Teoria, mas sim pela inaceitabilidade da consequência. Segundo ele, uma tal Teoria do Conhecimento, "livremente flutuante", é anti-dialética, porque não pode conceptualizar as relações. Em um sentido positivo, ele quer demonstrar que a distinção entre dialética subjetiva e objetiva só pode ser feita no interior da dialética mesma como teoria processual fechada. Ora, isso significa que a função de mediação entre ambas as dimensões dialéticas, "ou só pode ser confiada à dialética materialista, como *sistema de leis universais*, ou então, se é confiada à *Teoria do Conhecimento*, a função desta teoria só pode ser fundamentada unicamente a partir do conceito de consciência certa, e a partir da perspectiva da verdade objetiva do conhecimento; pois unicamente o 'reflexo' correto objetivamente está capacitado para mediar os processos sociais objetivos e a existência pessoal e sócio-individual."⁴²

Mas aqui a pergunta é não só, se e como está fundamentada uma tal dimensão, mas também se e como ela pode ser legitimada como consistente, sob o pressuposto de uma Teoria da Base-Superestrutura ainda quando concebida muito amplamente. Sandkuehler precisa provar por que e de que maneira a mesma teoria da dialética materialista não pode ser também considerada como uma falsa reprodução. A conseqüente elaboração de sua posição força-lhe a conduzir a prova da consistência da teoria, não por uma tática de desligamento da teoria do âmbito da relação de consciência e do ser, mas, antes de tudo, em e através da mesma conceptualização desta relação. Na medida em que a teoria da dialética materialista seja mesmo *teoria*, isto é, na medida em que ela julga conceber e articular a relação Base-Superestrutura, ela mesma não pode mais — *sensu stricto* — pertencer à superestrutura: ela é, por assim dizer, a relação chegada a si mesma, a relação dialética tornada transparente e diáfana para si mesma. Isso leva Sandkuehler a conceber todo esse processo a partir de uma perspectiva de totalidade: "A Ontologia e a Lógica da dialética materialista exigem uma perspectiva de totalidade da Dialética subjetiva e objetiva".⁴³ Ele formula, então, a posição dia-

41. Sandkuehler (1) 102-103.

42. Sandkuehler (1) 103.

43. Sandkuehler (1) 98.

lético-materialista da seguinte maneira: "Cada conhecimento é uma função determinada pela forma dos processos materiais na natureza e na sociedade. Cada conhecimento é um elemento parcial da Dialética do Real. A *Idéia* da coincidência de Dialética, Lógica e Teoria do Conhecimento reflete a unidade, não unicamente no interior da estrutura refletora, como também dentro da própria dialética *ontológica*. Existe materialmente uma unidade de processo e forma, de realidade e conhecimento".⁴⁴ O "núcleo da Tese" é formulado assim: "A Lógica Dialética responde à pergunta sobre a unidade da Ontologia e da Gnoseologia, sem identificar ambos os âmbitos, isto é, sem mal-interpretá-los de forma não dialética, como congruência absoluta; a Lógica Dialética é o conceito, a forma científica suprema da unidade dialético-real de produção material e ideal; a Lógica Dialética reconhece as contradições na relação funcional do ser e da consciência; a Lógica Dialética é a teoria da unidade contraditória do Lógico e do Histórico..."⁴⁵

3.2.2 Aporias das afirmações materialistas sobre a relação de consciência e ser social

Essa "interpretação" merece atenção, porque na verdade aqui se torna visível o esforço de "conceptualizar" uma série de teses e afirmações, usualmente sem inter-relação mútua, no quadro da dialética materialista. Mas justamente nesse esforço se torna caracteristicamente visível a lacuna entre as determinações categoriais, nas quais se articula a teoria da Base-Superestrutura, e aquelas outras, com cuja ajuda é apreendida e elaborada conceptualmente esta teoria. Que a relação da Base-Superestrutura não possa ser considerada em sentido não-dialético significa aqui estritamente isto: — o enunciado "Base-Superestrutura" é unilateral; não é absolutamente uma expressão acertada para a relação entre a consciência e o ser; pois interpretar o teorema do reflexo "como modelo de unidade dialética de reflexo e antecipação, determinação e criatividade", equivale a afirmar que tanto a consciência é determinada pelo ser (social) quanto o ser (social) é determinado pela consciência. Mas então a compreensão "dialética" da Teoria da Base-Superestrutura se mostra na verdade como a supressão dialética desta mesma Teoria respectivamente do seu esquema de pensamento categorial subjacente.

Difícilmente a tentativa de Sandkuehler pode ser considerada como bem sucedida. Ao contrário: seu livro é um desfilar de exem-

44. Sandkuehler (1) 286.

45. Sandkuehler (1) 286/7.

plos, tanto para um considerável "esforço do conceito", como também para um processo nada dialético. Assim encontram-se nesse livro numerosas teses, afirmações, conexões argumentativas, que se excluem mutuamente, sem que Sandkuehler se aperceba disto. Assim, por exemplo, ele enuncia sem problematizar a resposta materialista à "pergunta fundamental sobre a relação entre ser e consciência" da seguinte maneira: "... as condições de possibilidade e necessidade da consciência e do conhecimento não devem ser procuradas na própria consciência, mas têm que ser encontradas na análise do processo, no qual o homem se produz a si mesmo, histórica e socialmente, através da elaboração de sua existência material".⁴⁶ Considerando as afirmações acima mencionadas de Sandkuehler, teríamos que formular com o mesmo direito o contrário: "... as condições de possibilidade e de necessidade do processo, no qual o homem se produz social e historicamente, não devem ser procuradas no próprio processo, mas na consciência (como o 'lugar' de unidade de reflexo e antecipação, determinação e criação) ...". De resto, resulta com toda a clareza da "resposta" de Sandkuehler ultimamente citada aonde está visto a partir da coisa, o erro básico, o caráter contraditório, que não permite nenhuma solução dialética destas e outras teses e formulações semelhantes: Com uma rara e impressionante naturalidade é efetuada uma separação entre a consciência ou conhecimento, por um lado, e processo material por outro, processo esse através do qual o ser humano se produz a si mesmo social e historicamente pela elaboração de sua existência material. Mas isso é arbitrário, mais ainda, falso, pois estritamente falando essa separação pressupõe que o processo indicado se desenvolve inconscientemente, ou pelo menos, que o seu caráter de consciência é totalmente indeterminado, pois ele deve produzir, antes de mais nada, as condições de possibilidade e necessidade da consciência mesma. Um processo inconsciente, ou que é indeterminado em seu caráter de consciência, não é de forma alguma um processo humano. O processo de autoprodução do homem deve ser já sempre um processo *do homem*, deve incluir portanto já a consciência: pois que o homem surja já como homem (ainda que não como "ser humano consumado") é a condição de possibilidade para que o homem possa se produzir como homem. O que é verdadeiramente não-dialético nos enunciados de Sandkuehler, i. e., da dialética materialista, revela-se aqui no fato de que, em uma primeira etapa, a consciência (a linguagem, o conhecimento) e o processo de trabalho são concebidos como opostos entre si, e, por esta razão, em uma segunda etapa, o momento de consciência é subordinado, unilateralmente, ao momento do processo ma-

46. Sandkuehler (1) 83.

terial de trabalho, através do qual a verdadeira "unidade das diversas determinações" ⁴⁷ não é apreendida, mas destruída.

Esse proceder unilateral, e também não-dialético e não especulativo ⁴⁸ resulta daquilo de que Hegel frequentemente se queixa, da "inadvertência" ⁴⁹ quanto à utilização das categorias. A categoria que serve de fundamento às teses dialético-materialistas é a dupla de conceitos produção/reprodução da vida. ⁵⁰ Ora, é essa categoria capaz de traduzir, de forma adequada, as relações recíprocas entre o homem, a sociedade e a natureza? Que isso deva ser contestado, segue-se já de uma frase de Marx de aparência muito simples e natural: "Toda produção é apropriação da natureza por parte do indivíduo, *dentro e através de uma determinada forma de sociedade*". ⁵¹ Na terminologia introduzida por J. Habermas deveria escrever-se assim: Toda produção é ação instrumental no quadro de um agir comunicativo (de uma interação). ⁵² Portanto, essa interação não pode estar articulada com a categoria de produção, e, conseqüentemente, também não no quadro de uma teoria de Base-Superestrutura.

A utilização "inconsciente" das categorias ou a preferência arbitrária da categoria de produção leva consigo, por outro lado, também uma interpretação errônea das categorias mesmas. Isto transparece visivelmente em uma frase de Karl Marx: "Para a consciência ... — é a consciência filosófica é assim determinada — para quem o pensar conceitual é o homem efetivo, e daí o mundo conceitualizado como tal é precisamente o real, o movimento das categorias aparece como o *ato efetivo de produção*, o qual infelizmente recebe só um impulso de fora, — cujo resultado é o mundo..." ⁵³ É incrível como tais frases puderam ser escritas. Que sentido se pode, afinal, dar à uma frase como: "O movimento das categorias aparece como ato efetivo de produção, cujo resultado é o mundo..."? considerada logicamente essa frase aparece como

47. Enz. § 82 A.

48. Hegel define o *especulativo* como "a unidade das determinações na sua oposição", ou como "a unidade de determinações distintas" e visualiza nisto, justamente, o concreto (Enz. § 82). A grande extensão das interpretações equívocas do pensamento de Hegel transparece, por exemplo, em K. Marx, na utilização terminológica completamente diferente e invertida desta expressão. Assim, se diz de uma forma característica na "Introdução à Crítica da Economia Política": "Considerar a sociedade como um único sujeito, significa considerá-la (...) erroneamente — *especulativamente*" (Cf. MEW 13,625; também 633).

49. WL I 20.

50. Cf. Sandkuehler (1) 138 ss., 146 ss., 275 etc.

51. MEW 13,619 (sublinhado por mim).

52. Cf. J. Habermas, *Erkenntnis und Interesse* (Frankfurt/M 1968; Edição de Bolso com um novo epílogo, Frankfurt/M 1973).

53. MEW 13,632 (sublinhado por mim).

sem sentido: pois se pensar conceitual vale já para a consciência (filosófica) como o homem *efetivo*, se o mundo conceitualizado como tal (portanto a Lógica como sistema de categorias) é já para ela o *real*, como deveria, então, esta consciência filosófica chegar à "idéia" de procurar outro "real" (ulterior?) e de recorrer ao movimento das categorias como a um ato de produção para alcançar o mundo (real?) como seu resultado? Mas essa frase não é somente incrível, ela demonstra ainda, de forma extremada, de maneira fatal se vinga a utilização inconsciente das categorias: de uma utilização de categorias, que renuncia a qualquer autocontrole e autoverificação, só poderia resultar mesmo uma crítica e interpretação errôneas das próprias categorias. Em correlação com o texto criticado, também outros textos de *Marx* e *Lenin*, contendo até bons enunciados, tornam-se dúbios. Assim, por exemplo, a passagem freqüentemente citada: — "Deve-se sempre afirmar que no decurso das categorias econômicas o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na mente, e que daí as categorias exprimem formas, determinações da existência, às vezes só aspectos singulares desta determinada sociedade, deste sujeito..."⁵⁴ Mas, o que significá aqui "exprimir"? Deverá "exprimir" ser compreendido a partir da categoria de produção, como acontece efetivamente na consequência de outras afirmações de Marx? Mas, então, a frase contém, igualmente, uma interpretação disparatada e contraditória das categorias.

3.2.3 Aporias das afirmações sistemático-globais sobre a dialética materialista da natureza

Há uma divergência constante e acirrada, conduzida há longo tempo, sobre a dialética da natureza. O trabalho citado de *H. J. Sandkuehler* é também, e especialmente neste sentido, uma obra notável, pronunciando-se sempre a respeito de todas as objeções críticas contra a teoria materialista da dialética da natureza. Mas, justamente, as suas exposições bastante versadas e extremamente lúcidas deixam transparecer, ainda mais visivelmente, a inconsistência da dialética materialista. Sandkuehler sintetiza a sua interpretação e defesa da dialética da natureza na breve fórmula: "Isto é justamente o essencial: a dialética materialista é *teoria de processo*, e ela nunca é Ontologia fora da teoria da *práxis* social e da Lógica Dialética".⁵⁵ Com isso ele se aproxima claramente dos críticos de uma "pura" dialética da natureza. À pergunta: o que é o Materialismo? ele responde: "Para essa pergunta, só há uma resposta dialética, que considera ambos os elementos:

54. MEW 13,637.

55. Sandkuehler (1) 98, nota 140.

1. o primado *ontológico* da matéria sobre a consciência e 2. a qualificação *lógica* inalienável, que aciona o processo do movimento material por um (elemento) não-material (consciência); o mundo não é outra coisa senão aquela 'realidade objetiva'⁵⁶ que poderia existir sem os feitos da consciência-sujeito, mas tal existência não teria nenhuma relevância para o sujeito 'homem'. Mais adiante acentua ele, "que sem a atividade do Lógico, a própria matéria não poderia consumir seu desenvolvimento, por falta da síntese dialética".⁵⁷ No que concerne à independência do ser em relação à consciência, — através da qual a dialética materialista quer se distinguir totalmente do chamado "Idealismo", — ela vai significar, então, para Sandkuehler, "nada mais do que uma prioridade ontológica (precedência) e uma condição ontológica de possibilidade e necessidade da reprodução lógica. Justamente no âmbito do ser social é que surge à tona o absurdo da interpretação equivocada de que 'independência' significa *ausência de mediação*".⁵⁸ Com isto, fica excluída, segundo Sandkuehler, a confusão que identifica o ser material na natureza e na sociedade com a consciência e também, de forma não menos incisiva, a negação da mediação dialética do ser e da consciência no *próprio ser*, cuja *forma* de reprodução é a consciência".⁵⁹

É bastante questionável, se a argumentação de Sandkuehler é plausível e consistente. No momento em que declara como *absurda* a independência (entendida como falta de mediação) do ser material por relação com a consciência, ele introduz, contra a sua vontade, uma caracterização extremamente adequada para as afirmações sistemático-globais da dialética materialista sobre a matéria. A mediação dialética, tão acentuada por ele, do ser e consciência "no próprio ser", é na verdade uma mediação superficial, secundária e contingente; "o próprio ser" é concebido como matéria, significando essa, entretanto, absoluta ausência de mediação. Embora Sandkuehler cite alguns dos textos mais famosos de Engels sobre a matéria que gira eternamente em si,⁶⁰ concordando inclusive com tais afirmações, estranhamente fala, algumas páginas depois, como se essas afirmações portadoras de completa falta de mediação nada tivessem a significar. Na introdução à *Dialética da Natureza* Engels escreve: — "O círculo em que a matéria se movimenta é eterno, um círculo que consome a sua trajetória só nos espaços de tempo, para os quais o nosso ano terrestre não é uma medida suficiente, um círculo no qual o

56. Sandkuehler se refere a uma citação de Lenin (Cf. LW 14,261).

57. Sandkuehler (1) 87-88.

58. Sandkuehler (1) 89.

59. Ibid.

60. Sandkuehler (1) 86.

tempo de supremo desenvolvimento, o tempo de vida orgânica e ainda mais, o da vida dos seres conscientes de si e da natureza, é tão escassamente limitado quanto o espaço em que a vida e autoconsciência se impõem; um círculo no qual cada forma finita de existência da matéria (...) é igualmente efêmera e no qual nada é eterno, a não ser a matéria eternamente em transformação e em movimento, e as leis pelas quais a matéria se movimenta e se transforma. Mas por maior que seja a frequência e a impiedade com que se consuma este círculo no espaço e no tempo, (...) — nós temos a certeza de que a matéria permanece eternamente a mesma em todas as suas transformações, de que nenhum de seus atributos pode jamais se perder, e de que por isso mesmo ela exterminará também o espírito pensante com a mesma necessidade férrea com que gerou na terra a sua suprema florescência para gerá-lo de novo, em alguma outra parte, e em algum outro tempo".⁶¹ Essas afirmações formam uma parada de exemplos em favor de um plano teórico objetivo sistemático-global, que não reflete absolutamente seus pressupostos. Se a utilização da expressão "absurdo" fosse alguma vez adequada para qualificar uma afirmação filosófica, então sem dúvida seria aqui.

Poderíamos parafrasear essas afirmações mais ou menos assim: no plano da "pequena" mediação do ser material e da consciência, a consciência filosófica expõe a tese da carência de mediação supra-dimensional do ser material e da consciência. Formulando de uma maneira mais precisa: a "pequena" mediação articula-se do ponto de vista do sistema global de tal maneira que ela afirma o seu próprio desaparecimento (a sua "exterminação") no absoluto "matéria" que gira eternamente sobre si mesma, e que portanto reduz o seu próprio "sentido" à total falta de sentido (justamente o absurdo).

Uma tal concepção apresenta-se não só como insustentável por considerações objetivas, mas ela mostra a sua inconsistência já no próprio quadro das teses materialistas. De acordo com a breve fórmula citada acima, Sandkuehler defende a idéia de que a dialética materialista "não seria jamais Ontologia ... fora da práxis social e da lógica dialética". Se se toma seriamente essa afirmação "programática", teremos duas possibilidades para interpretar as afirmações sistemático-globais sobre a matéria eternamente em autocirculação: Ou se colocam ambas as séries de afirmações lado a lado, sem examinar a questão relativa à sua coerência interna, ou a afirmação "programática" é considerada, conscientemente e explicitamente, na exposição das afirmações sistemático-globais. No primeiro caso, o procedimento não é so-

61. MEW 20, 327.

mente anti-dialético, mas também anti-científico e anti-filosófico. No segundo caso, a incoerência ou — fazendo novamente uso da expressão de Sandkuehler — o *absurdo* da concepção global torna-se evidente, porque aqui se trata de uma autoanulação mútua de ambas as séries de afirmações. Pois, se se coloca a tese sistemático-global da matéria girando eternamente sobre si *dentro* da teoria da práxis social e da lógica dialética, então desenvolve-se a última auto-interpretação — justamente a sistemático-global da práxis social. Essa compreensão última afirma então que a práxis se reduz a um absoluto, à matéria eterna e — o que é só o outro lado da medalha — se entende finalmente a partir desta base ontológica última, i. e., a partir da matéria. Ora, este absoluto, a matéria girando eternamente sobre si mesma, é “per definitionem”, carência da mediação. Ela produz, sem dúvida, o homem como a sua “suprema florescência”, mas de novo o extermina impiedosamente ... “Mediação” entre a consciência e a matéria só ocorre como episódio pequeno, efêmero e insignificante na periferia do absoluto “matéria”, que gira eternamente sobre si.

Marx escreve: — “A natureza tomada em abstrato, por si mesma, fixada na separação do homem é *nada* para o homem”.⁶² Mas a matéria girando eternamente sobre si mesma é justamente o que Marx denomina aqui de “natureza tomada em abstrato, fixada na separação do homem”. Na mesma passagem, menciona-se mais adiante: — “A Natureza como natureza, isto é, enquanto ela se distingue ainda sensivelmente de todo sentido misterioso oculto nela, a natureza separada e distinta dessas abstrações”⁶³ é *nada, um nada se verifica como nada, sem sentido*, ou só tem o sentido de uma exterioridade, que deve ser suprimida”.⁶⁴ Aqui não é o lugar para tomar posição sobre a pergunta, se Marx já defendera uma dialética da natureza. Aqui basta afirmar duas coisas. *Primeira*: a definição e a negação por parte de Marx da natureza como natureza concerne exatamente o conceito de natureza, que serve de fundamento para as afirmações dialético-materialistas sobre a matéria girando eternamente sobre si. *Segunda*: por enquanto Marx exige que a natureza, isto é, a exterioridade, “tem que ser suprimida”. Na dialética materialista a natureza assim concebida é “fixada na separação do homem”. (Que Marx atribui exatamente a Hegel esse conceito da natureza é um equívoco, pois o próprio Hegel não deixa a natureza em sua “exterioridade”, isto é, na fixação da separação do homem, ou do espírito: a natureza não é para Hegel “uma grandeza absoluta”, mas um momento de mediação. O espírito chega a si mesmo, só enquanto desenvolve a

62. MEW Erg. Bd. 1,597.

63. Marx se refere à Filosofia da Natureza de Hegel.

64. MEW Erg. Bd. 1,587.

sua relação com a natureza. Isso não significa, de outra parte, que ele jamais possa deixar "atrás de si" essa relação). Na dialética materialista, o ser humano é reconduzido à matéria, que o exterminará, um dia, de forma que o que permanece, finalmente, é a fixação da separação do homem: o circuito eterno e totalmente sem mediação da matéria. Mas, segundo as afirmações de Marx, essa matéria girando eternamente sobre si, é sem sentido. Mas, se se reduz o homem, juntamente com a sua práxis social, à essa matéria como princípio derradeiro, então terminamos por conduzi-lo, literalmente, "ad absurdum": afirma-se e demonstra-se, no sentido mais estrito e exato, um *absurdo*. Sandkuehler não poderia ter encontrado um termo que fosse mais adequado, mais conveniente e desmascarador, para a caracterização da posição dialético-materialista.

Em face dessa tese básica, a tentativa de Sandkuehler de tornar plausível "uma historicidade da natureza"⁶⁵ está condenada ao fracasso. No fundo das afirmações sistemático-globais criticadas, uma "historicidade da natureza" não é outra coisa que aquele breve episódio, pouco digno de menção, do círculo eterno do absoluto "matéria", nada mais do que aquele breve cintilar da vida dotada de pensamento, que é novamente destruída e aniquilada "com férrea necessidade". A partir de que se justifica a tentativa de prover esta fase tão supra-contingente e vazia de sentido, com o grande título "Historicidade da Natureza"?

Se se quisesse colocar em dúvida e contestar a plausibilidade da argumentação aqui apresentada, de que a matéria, que gira eternamente sobre si mesma, possui a absoluta falta de mediação, e de que por conseguinte a redução da práxis social a esta matéria equivale a uma "reductio ab absurdum", então seria preciso mostrar aonde teria que se encontrar o caráter mediador da matéria eterna. Em qualquer caso, este caráter de mediação teria que significar consciência, espírito, práxis ou algo semelhante (que outra coisa senão?). (Este é o pressuposto pelo qual se dirigem as teses de Sandkuehler). Deseja-se, então, atribuir seriamente tais "propriedades" à eterna matéria (Engels fala em "atributos")? Mas, se as palavras têm ainda algum sentido, então é evidente que um absoluto equipado de tais propriedades não é, per definitionem, mais matéria. Ou será talvez a última consequência "dialética" de uma "consequente" dialética materialista, que rejeita a "carência de mediação" como "absurdo", a (qualitativa) transformação (salto) da matéria eterna em espírito (eterno??)

65. Sandkuehler (1) 115 ss.

3.3 Crítica da estrutura categorial das leis da Dialética Materialista

Conforme foi acentuado, repetidamente, no último parágrafo (cf. 3.2), as afirmações dialético-materialistas sobre a relação de consciência e ser social contêm categorias, que articulam tal relação em uma forma totalmente inadequada. Neste parágrafo analisaremos as categorias contidas nas três leis gerais da dialética materialista em relação à CL de Hegel. São estas: categorias da qualidade-quantidade (primeira lei), da oposição (segunda lei) e negação da negação (terceira lei). Trata-se aqui, portanto, de categorias da esfera do ser e da essência.

Se se considera a circunstância fundamental de que a CL coloca o problema de um espaço para a "aplicação" das categorias,⁶⁶ torna-se então muito estranho que a dialética materialista recorra exclusivamente às citadas categorias do ser e determinações de reflexão, para formular as leis gerais. Por que justamente essas, e tão somente essas determinações? A resposta comum, que se poderá tirar dos textos de Marx, Engels, e especialmente de Lenin, seria formulada mais ou menos assim: essas determinações são as determinações genuinamente *dialéticas*.⁶⁷ A partir desta indicação é possível reconstruir exatamente o que acontece com a estrutura categorial na inversão materialista da CL.

1) Segundo esta inversão o conhecimento é orientado pelo pressuposto de que a "dialética" é um método que foi determinado exatamente, e uma vez por todas, por Hegel, no capítulo final da CL. No entanto, aqui já se desconsideram ou se interpretam de maneira errônea alguns pontos de vista decisivos: — unicamente a CL como um todo é realmente a apresentação do método, mais ainda, o método mesmo. A caracterização do método, com ajuda de determinações que somente são tematizadas em passagens bem determinadas da CL é uma abreviação muito questionável e uma redução, um estreitamento da Lógica a um só plano.⁶⁸

2) Consequentemente, as determinações utilizadas nessa caracterização do método são escolhidas e consideradas como determi-

66. Cf. sobre isto: Puntel 72-117.

67. Aqui dois textos característicos do *Conspeto da CL* de Lenin: "A dialética pode ser, brevemente, determinada como a doutrina da unidade dos opostos..." (LW 38, 214). "A dialética é a doutrina de como os opostos podem ser e são idênticos (como se tornam) — sob quais condições eles são idênticos, enquanto eles se transformam um no outro, porque o entendimento humano deve conceber estes opostos não como mortos, estáticos, mas como vivos, condicionados, móveis e se transformando continuamente? Lendo Hegel ..." (LW 38, 99).

68. Cf. as notáveis reflexões programáticas de D. Henrich em seu livro: *Hegel im Kontext* (Frankfurt/M. 1971).

nações fundamentais, que constituem a estrutura categorial geral das "leis dialéticas".

3) A CL como um todo é considerada como produto "idealista" cujo sujeito é a idéia (lógica). O programa de uma inversão é executado, então, no seu aspecto categorial, de tal forma que o método assim caracterizado e as determinações nele incluídas são elevadas às leis dialéticas universais do "verdadeiro sujeito", que é então interpretado como sendo o ser material e social.

Dito brevemente: — Primeiramente o Lógico é restringido a uma formulação unilateral e particular do método resp. às determinações lógicas nele contidas. O fragmento lógico dado assim é invertido sobre ele e afirmado como a estrutura categorial de um "novo" sujeito, a saber: da matéria. Vista dessa maneira, essa inversão não é outra coisa que uma ontologização materialista de algumas determinações lógicas.

Somente essa reconstrução da inversão materialista é que pode esclarecer um dos mais interessantes fenômenos da história do pensamento dos últimos cem anos, a saber, a relação esquizofrênica que a dialética materialista mantém com a CL de Hegel. Essa relação foi e é desvirtuada devido ao fato de que a CL tem se demonstrado e se demonstra constantemente como algo diverso, e muito mais amplo, frente àquilo que a dialética materialista tentou fazer dela. Uma prova detalhada desta afirmação iria além do marco deste pequeno trabalho, que só tem a ver, principalmente, com um esclarecimento da abordagem do problema.⁶⁹

3.4 *A Ciência da Lógica de Hegel e a tese da unidade de Lógica, Dialética e Teoria do Conhecimento*

A tese da unidade de Lógica, Dialética e Teoria do Conhecimento pretende sintetizar a inversão materialista da CL numa breve forma metódica. Na medida em que essa breve fórmula apresenta a essência metódica da inversão materialista, ela se ressent das aporias acima mostradas das teses materialistas. A seguir, apresentaremos ainda algumas reflexões que prosseguem a problemática relativa à primazia e à fundamentação do Lógico.

3.4.1 A primazia do Lógico

A questão a respeito da posição, que ocupa a CL na totalidade da filosofia hegeliana, está bastante distante de um esclarecimento

69. Cf. sobre isto: a passagem elucidativa, citada sob 4.2, do *Conspeto da CL de Lenin* (nota 96).

completo. Existem, sobretudo, dois grupos de problemas a serem ainda pesquisados:

1) Como deve ser compreendida a relação do Lógico para com a realidade? Conforme tentei demonstrar, pormenorizadamente, em outro lugar,⁷⁰ é necessário admitir uma identidade originalmente básica de Lógica e de sistemática real em Hegel: — a Lógica é, segundo Hegel, sempre “expressão” ou “articulação” do real; mas também, ao contrário, para Hegel não se pode falar do real, sem que nisto esteja implicada a Lógica.

2) Essa identidade originalmente básica de Lógica e de sistemática real não é uma identidade fixa, estática, e fixada uma vez por todas; pelo contrário: — a Lógica, como já foi anteriormente discutido, abre um espaço com respeito à aplicação das determinações do pensar ao real. Esta visão fundamental apresenta, simultaneamente, uma imensa tarefa: — o empreendimento de uma interpretação e apropriação criadora de Hegel. Pode-se também caracterizar este projeto como o problema da forma de apresentação da filosofia hegeliana.

A dificuldade central levantada pela tese materialista da unidade de Lógica, Dialética e Teoria do Conhecimento, poderia ser resumida, do ponto de vista objetivo, da seguinte maneira: — compete à Lógica uma prioridade incondicional, ou tem ela que ser compreendida a partir de qualquer outra coisa? Sintetizando e continuando algumas reflexões deste trabalho, será dada à esta pergunta uma resposta esboçada.

Primeiramente, é necessário distinguir entre a dimensão *metódica* e a *sistemático-global*. Em uma perspectiva metódica, não pode haver qualquer dúvida para um pensamento crítico, de que deve ser atribuída à Lógica, compreendida como Lógica de conteúdo, como sistema das determinações lógicas, uma prioridade incondicional. Pois um pensar crítico é um pensar que examina e controla seu próprio ato, que não emprega critérios externos, mas que encontra e tem que encontrar estes critérios finalmente em si mesmo. Dito brevemente: um pensar crítico legitima-se a si mesmo como instância crítica suprema. Ora, a CL não é nada mais do que a apresentação das determinações de um tal pensamento, portanto a instância crítica suprema. Uma lógica, assim concebida e entendida, deve conseqüentemente pretender, em uma perspectiva metódica, a primazia absoluta.

Aqui vamos de encontro à objeção, que contém o momento eficaz da dialética materialista, e cujo esclarecimento possibilita uma

70. Puntel 72-117.

71. Cf. Puntel 29-47 e 322-333.

explicação ampla e precisa das afirmações acima. A objeção poderia ler-se assim: — Um tal pensamento é pura abstração, pura teoria, uma “instância”, que não só não está em condições de fornecer qualquer critério para a realidade, mas que deve ser, antes de mais nada, compreendida, criticada e “suprimida” a partir da realidade. Em um enunciado já citado de Sandkuehler, essa objeção tem a figura da seguinte tese: — “As formas de pensamento não podem ser conhecidas em sua especificidade lógica, enquanto não forem compreendidas como reproduções de sua gênese histórica material e ideal”.⁷² A esse respeito, três coisas devem ser ditas:

1) Essa tese desconsidera completamente a dimensão metódica. Ela não diferencia a dimensão metódica e a sistemático-global, passando por cima da primeira, sem a menor dúvida e hesitação; porém, com isso, ela cede a palavra a um procedimento dogmático completamente anti-crítico. A pergunta: como se pode justificar a própria posição? só se poderá responder, na perspectiva desta tese, por referência a uma visão sistemático-global: a posição verdadeira é o resultado (produção!) da gênese histórica do ser material e social. Mas isto é uma resposta dogmática, e não uma fundamentação, pois então surge novamente a pergunta: com que direito são justamente utilizadas as categorias “gênese”, “produção” etc.? A referência repetida à “realidade” é apenas uma repetição monótona e dogmática da mesma afirmação. Se, pelo contrário, se assume o trabalho de obter clareza a respeito da adequação das categorias em pauta, então confessa-se já que é preciso atribuir o primado metódico a uma perspectiva lógica (entendendo-se Lógica como Lógica categorial, e não puramente “formal”).

2) Essa objeção tem por fundamento uma representação inteiramente falsa sobre a relação entre “o pensar” e a “realidade”: “pensar” e “realidade” são aqui dois mundos tão separados, que um deles, o “pensar”, tem que ser suprimido por um motivo, que está ainda por chegar, a fim de que o outro, a “realidade”, possa ser alcançado. Esta representação é a que orienta o (mal) entendimento de Hegel por parte do jovem Marx.⁷³ Ela dispensa, portanto, qualquer plausibilidade, porque ela supõe o contraditório: — o pensar deve ser definido sem referência ao real, o real deve ser articulado sem articulação do pensamento, e ainda: a supres-

72. Sandkuehler (1) 283. Cf. os trabalhos de P. V. Kopnin e F. Kumpf em Sandkuehler (2).

73. Cf. sobre isto: Klaus Hartmann, *Die Marxsche Theorie. Eine philosophische Untersuchung zu den Hauptschriften* (Berlim 1970); Ruediger Bubner, *Theorie und Praxis — eine nachhegelsche Abstraktion* (Frankfurt/M. 1971).

são do pensar deve ser realizada, sem recorrer ao pensamento. Na verdade, não se poderá jamais tratar de uma tal supressão do pensar ou de uma tal separação do pensamento e da realidade, mas só e sempre de um pensar diferente, melhor e mais adequado, o que significa, igualmente, uma outra, melhor e mais adequada articulação da realidade. O desdobramento das determinações do pensar não ocorre distante e além de toda realidade, mas contém a elaboração das possibilidades de articulação relativas ao próprio real.

3) A objeção desvirtua o núcleo de verdade nela incluído, o qual lhe possibilitou uma história tão significativamente efetiva. Esse núcleo de verdade está exprimido na intelecção de que o pensar, como tal, não se basta a si próprio, de que ele pode se equivocar a esse respeito. O pensar deve se explicitar a si próprio em vista do real, *porque* o pensar já é sempre (originária e basicamente) referência ao real ou articulação do real. A explicação completa do pensar só é possível como teoria do real. Na terminologia empregada neste trabalho isso significa: o plano teórico interno à Lógica deve explicitar-se completamente como plano teórico interno ao sistema, e como plano teórico sistemático-global. O pensar como soma das determinações lógicas se desdobra, com isso, como expressão do real, mas de forma que a teoria adequada do real só pode ser desenvolvida sobre a base de uma teoria — primária metodicamente — do pensar (do lógico). Essa verdade fundamental é vista, de alguma forma, pela dialética materialista, mas é ao mesmo tempo fundamentalmente mal-interpretada, na medida em que ela toma seu início na tese da gênese do Lógico. A tese de uma gênese do lógico não pode ser, de modo algum, a *tese primária metodicamente* para uma filosofia, que reflita cuidadosamente seus próprios pressupostos e possibilidades de articulação, pois para poder falar de modo correto e fundamentado metodicamente de uma gênese, é necessário que o pensamento já tenha alcançado um esclarecimento sobre as determinações lógicas ali empregadas.

3.4.2 A fundamentação do Lógico

Permanece ainda aberta a questão, se o Lógico pode e tem que autofundamentar-se, e, em caso afirmativo, de que maneira. Trata-se, portanto, de uma avaliação do plano teórico externo à Lógica. Como ficou demonstrado acima, (cf. 1.1) Hegel tentou vários caminhos para uma justificação do ponto de vista lógico, ou de uma "introdução" ao Lógico.⁷⁴

74. Cf. sobre isto: H. F. Fulda, *Das Problem einer Einleitung in Hegels Wissenschaft der Logik* (Frankfurt/M. 1965) e minha crítica em: Puntel, especialmente pp. 308 ss.

Entretanto, aqui se deve investigar, se tais tentativas não estão em contradição com a argumentação acima apresentada. Não seria também válido para tais tentativas aquilo mesmo, que antes foi mostrado com relação à dialética materialista? Além disto, não caracterizou o mesmo Hegel a *Fenomenologia do Espírito*, que justifica o ponto de vista do Lógico, como "o devir do saber"?⁷⁵ Sobre isso temos que dizer: que o Lógico possa e tenha que se "autofundamentar" é uma exigência, que aparece ou como equívoco metodológico, ou como uma evidência filosófica, conforme o que se entende por "fundamentar". Se com isso se entende uma prova no sentido de um procedimento dedutivo, estritamente formal, então a exigência é um equívoco metodológico, pois ela conduz ao "trilema de Muenchhausen" da autofundamentação mostrado por *Hans Albert* (regresso infinito, círculo lógico, interrupção dogmática do processo).⁷⁶ Também existe um equívoco metodológico, quando se entende por "fundamentar" a dedução que constata o significado e a validade do Lógico a partir do desenvolvimento de um determinado âmbito, como o da história ou, usando uma formulação célebre de Lenin, a circunstância de que a Lógica é "o resultado, a soma e a conclusão da história do conhecimento do mundo".⁷⁷ Mas, com isso, o proceder metódico é colocado às avessas: o que deve ser concebido, antes de mais nada, com ajuda de determinações lógicas, portanto aquilo ao qual devem ser aplicadas as determinações lógicas, recebe o valor posicional de uma instância de fundamentação relativamente a estas determinações lógicas. Como foi mostrado acima, isso ocorre na teoria dialético-materialista do Lógico.

Mas "fundamentação" (justificação) relativa ao Lógico pode ter, entretanto, um outro sentido, e então a exigência de uma fundamentação do lógico é algo evidente para a filosofia. Este outro sentido poderia ser determinado assim: "fundamentação" (justificação) significa aqui a auto-apresentação não circular como auto-legitimação, i. e., enquanto o Lógico se torna compreensível e se apresenta como o sistema das determinações do pensamento, legitima-se a si mesmo como o instrumental metódico, universal, imprescindível. O Lógico é, assim, a auto-expressão do pensamento ou da razão.

As tentativas de Hegel de justificar o Lógico não devem ser compreendidas no sentido de um processo silogístico, dedutivo, nem

75. Hegel, *Auto-Informação* (PhG XXXVII).

76. Cf. H. Albert, *Traktat ueber kritische Vernunft* (Tuebingen 1968) 11 ss. Neste contexto, deve-se indicar que a expressão "dedução" em Hegel não tem o significado de uma conclusão puramente formal. Por "dedução" Hegel entende o movimento assertivo do conceito numa etapa superior do pensar. Cf. sobre isto: Puntel 250 ss.

77. LW 38,85.

no sentido de uma dedução constatatadora, a partir do resultado de um determinado desenvolvimento, ou de uma "conclusão a partir da história do conhecimento". É evidente que a justificação não pode ser, para Hegel, qualquer dedução puramente formal. A justificação não é, também, uma derivação ou conclusão no sentido explicado, pois Hegel frisa, repetidamente, que um "desenvolvimento" só pode ser concebido sob o pressuposto da razão (e com isso da Lógica). Assim, por exemplo, ele diz: "O único pensamento, que ela (a filosofia da história) universal já traz consigo é (...) a simples idéia da razão (...). Esta convicção e intelecção são um pressuposto, geralmente, com respeito à história como tal. Na própria filosofia, isto não é nenhum pressuposto..."⁷⁸ E no manuscrito de Heidelberg da *Introdução à História da Filosofia* diz: "O conceito daquilo que a filosofia pretende, tem que ser dado previamente, ou melhor ainda, tem que ser posto como fundamento ..." ⁷⁹ Ora, para Hegel "o significado verdadeiramente filosófico de razão"⁸⁰ é a idéia lógica como a síntese de todas as determinações lógicas.

A *Fenomenologia do Espírito* poderia apresentar dificuldades, uma vez que essa obra tenciona apresentar "o devir do saber". Sobre isto anotemos duas observações.⁸¹

Primeira: A *Fenomenologia do Espírito* quer justificar o ponto de vista do saber puro, do Lógico, aparecendo ela própria como ciência. Ora, Hegel acentua na "Introdução", que o caráter científico é "obra nossa".⁸² Por "obra nossa" ele entende "nós", os que expõem, i. e., aqueles que já conhecem o resultado de todo o processo. A necessidade do nascimento do novo objeto, no qual consiste o caráter científico da obra, "é o que para nós ocorre, por assim dizer, por detrás dela (i. e., da consciência)".⁸³ *Segunda:* a relação entre a *Fenomenologia do Espírito* e a Lógica não pode ser comparada com a relação entre outras obras e a Lógica, porque a *Fenomenologia do Espírito* conduz não só à Ciência da Lógica, ela contém a Lógica, e em verdade no sentido de uma correspondência estrutural estrita.⁸⁴ O que quis dizer, na citação

78. *Die Vernunft in der Geschichte*, editado por J. Hoffmeister (5.ª edição, Hamburgo 1955) 28.

79. *Einleitung in die Geschichte der Philosophie*, editado por J. Hoffmeister (3.ª edição, Hamburgo 1959) 14.

80. *Enz.* § 214.

81. Um esclarecimento detalhado e fundamentação da concepção aqui sugerida encontra-se em Puntel 40-45, 267-333.

82. PhG 74.

83. *Ibid.*

84. J. Heinrichs tenta demonstrar, em detalhe, a correspondência entre a *Fenomenologia do Espírito* e a Lógica, em sua obra: *Die Logik der Phaenomenologie des Geistes* (Bonn 1974).

acima, com aquilo, "que para nós ocorre, por assim dizer, por detrás dela", interpretado por ele em uma anotação sobre a *Fenomenologia do Espírito* do ano 1831, na qual está escrito: "... A Lógica por detrás da consciência".⁸⁵ Por difícil que seja precisar de modo mais exato esta relação, em nenhuma hipótese a *Fenomenologia do Espírito* pode ser compreendida como uma fundamentação do Lógico no sentido de uma dedução a posteriori a partir do resultado de um determinado processo, ou como "conclusão da História". É verdade que o desenvolvimento ou a História desempenham um papel central na *Fenomenologia do Espírito*, mas ela não é qualquer instância de fundamentação, no sentido de uma constatação a posteriori do ponto final de um processo (como a História).

Investigar como Hegel concebe a fundamentação do ponto de vista lógico resp. sistemático na totalidade de sua obra, não compete mais a este trabalho. Aqui basta a constatação de que, ele, desde a publicação da *Enciclopédia* no ano de 1817, procurou fundamentar a Lógica ou o sistema não mais em uma disciplina, que apresenta a primeira parte e a introdução em unidade, i. e., numa ciência do tipo da *Fenomenologia do Espírito*.⁸⁶ Já se tratava, então, de uma fundamentação externa à Lógica, mas não externa ao sistema. Por um lado, a fundamentação externa à Lógica é reduzida, desde 1817, à "decisão de considerar o pensamento como tal", e aos esclarecimentos históricos e raciocinantes assentados especialmente nos prefácios, introduções, conceitos prévios etc.,⁸⁷ por outro lado, a fundamentação é identificada sempre mais decididamente com o plano teórico interno ao sistema e com o sistemático-global: o sentido e a realização de "fundamentação" se deslocam claramente para a coerência interna e "adequação" do todo (o "todo" considerado como a nova concepção sistemático, básica da *Enciclopédia*). Essa tendência oferece difíceis problemas quanto ao conteúdo e quanto à interpretação. Por exemplo, é premente a questão, se a filosofia de Hegel somente conhece e permite uma única forma de apresentação (isto será discutido depois brevemente no ponto 4). A questão mais importante referente ao conteúdo é a seguinte: a totalidade da obra filosófica de Hegel não se processaria, com isso,

85. PhG 578.

86. Em uma carta a Schelling de 1-5-1807, escreve Hegel sobre a obra de 1807: "Estou curioso sobre o que você tem a dizer a respeito da idéia desta primeira parte, que é na verdade a introdução". (*Briefe von und an Hegel* ... editadas por J. Hoffmeister, tomo 1, Hamburgo 1961, 161).

87. Esses esclarecimentos só tem o objetivo de que o ponto de vista da CL "seja posto diante da representação e seja efetuado um conhecimento histórico dele" (WL I, 29).

em um círculo de autoconfirmação, que então seria absoluta, uma vez que, por definição, não pode ser criticada "de fora"? Será uma coerência interna ao sistema e sistemático-global um critério para a verdade do próprio ponto de vista? Essas e semelhantes objeções não são plausíveis, uma vez que não refletem, externamente, as condições de possibilidade e as aporias de uma assim chamada "crítica de fora". A questão de saber se a coerência interna de um sistema tem que ser vista como pura arbitrariedade ou como um puro dogmatismo ou, na sua última consequência, como a única possibilidade de (auto)fundamentação de um ponto de vista filosófico, depende finalmente de se esse ponto de vista está em condições de situar os outros pontos de vista (possíveis ou existentes) i. e., de atribuir-lhes um "lugar" e com isso uma legitimação relativa. Poder-se-ia chamar esse "ulterior" critério a "adequabilidade" de um sistema com relação à situação temporal histórica. Hegel o exprime assim: — "... Assim também a filosofia é *seu tempo apreendido no pensamento*".⁸⁸ Mas aqui não é mais possível entrar nisto.

Mas não estão essas últimas reflexões em contradição com a primazia incondicional do Lógico, acima demonstrada? E com isso não se torna, novamente, nula a crítica acima feita à tese dialético-materialista da unidade de Lógica, Dialética e Teoria do Conhecimento? A resposta é: de forma alguma! A tese da primazia incondicional do Lógico e a crítica à concepção dialético-materialista se tornam ainda mais exatas, por meio dessas últimas reflexões. O Lógico conserva, verdadeiramente, no desenvolvimento total de Hegel, a posição primordial metódica. De uma ou outra forma o ponto de vista da Lógica terá que explicitar-se e tornar-se compreensível. A coerência do todo, que se mostra em e com a apresentação do sistema, toma seu ponto de partida metódico, não como na dialética materialista em qualquer "ser" ou numa "gênese", mas justamente na Lógica mesma: a Lógica se explicita dentro do sistema e no plano sistemático-global, enquanto ela se "concretiza" em uma teoria do real, e com isso em uma teoria sobre a sua própria gênese, e não inversamente. Com isso é garantido que o pensamento, como sistema das determinações lógicas (isto é, das supremas possibilidades de articulação do real), comprova e controle o seu próprio agir, isto é, cada teoria. A coerência interna ao sistema e sistemático-global assim compreendida e a adequabilidade são assim, por definição, críticas. Mas a coerência é também eminentemente concreta e histórica, pois ela tem o seu critério na auto-apreensão do pensamento que apresenta, por assim dizer, o "ápice" do processo histórico.

88. *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, editado por J. Hoffmeister (4.ª edição, Hamburgo 1955) 16.

No que concerne à dialética materialista, ficou demonstrado que a sua recusa de atribuir à Lógica a primazia incondicional no plano metódico conduz não só a uma utilização anti-crítica e "inconsciente", e mais do que isso, inadequada das categorias, como também à incoerência interna ao sistema e sistemático-global.

4. OBSERVAÇÕES FINAIS

Ficou demonstrado que a problemática das relações entre a dialética materialista e a CL de Hegel é extremamente complexa e se situa em diversos níveis. O que foi dito neste trabalho poderia causar uma impressão errônea ou pelo menos unilateral, a saber: que ao sistema de Hegel resp. à CL se deve atribuir um caráter perfeitamente nítido, não-equívoco, de tal forma que os mal-entendidos se devessem procurar única e exclusivamente na dialética materialista. Esta impressão seria falsa. Para corrigi-la sirva uma observação final tanto sobre o pensamento de Hegel como sobre a dialética materialista.

4.1 *A inconsequência hegeliana na utilização das determinações lógicas e a problemática da apresentação do sistema*

Para uma interpretação e crítica de Hegel, que não continui, simplesmente, a repetir e a transmitir os tradicionais lugares comuns, torna-se presente a seguinte pergunta: é realmente consequente o tratamento que Hegel dá às determinações lógicas? Isto é algo que eu poria em dúvida com boas razões. Um exemplo poderá atestar isto. É conhecido que a categoria da *substancialidade* desempenha um papel central na *Filosofia do Direito*, especialmente na concepção hegeliana de Estado.⁸⁹ Essa circunstância levou K. Marx à sua interpretação e crítica mencionada acima, sob o ponto 2.1. Marx generaliza a sua crítica e a resume na acusação de que a Hegel não importa a "lógica do objeto", mas "o objeto da lógica",⁹⁰ e desta forma, "toda a filosofia do Direito é apenas um parêntese à Lógica".⁹¹ Em suposta oposição a Hegel ele diz: "Tal concepção não consiste, como afirma Hegel, em reconhecer sempre as determinações do conceito lógico, mas em apreender a verdadeira lógica do próprio objeto".⁹²

89. Cf. p. ex. *Phil. des Rechts*, § 270.

90. MEW 1, 216.

91. MEW 1, 217.

92. MEW 1, 296.

Essas afirmações demonstram que a aplicação que Hegel fez das determinações lógicas deram ocasião a equívocos. Mas, além disso, temos que dizer que mesmo em Hegel se podem constatar equívocos. É surpreendente que Hegel recorra, de uma maneira quase que natural, à categoria da substancialidade para a compreensão de tais "objetos" como eticidade, Estado etc. Não mostrou o próprio Hegel na CL que as determinações da esfera do ser e da essência não são as supremas, isto é, que elas não são adequadas pelo menos para a articulação de objetos "superiores", como por exemplo, o Estado?

Nesse contexto é necessário fazer referência à uma recensão berlinesa de Hegel, na qual ele exige, urgentemente, uma "severa vigilância sobre as categorias."⁹³ Aí trata-se justamente de categorias de substancialidade e causalidade. A esse respeito, manifesta-se Hegel da seguinte maneira: "O autor (i. e., o autor do livro criticado por Hegel) se ocupa, à sua maneira, com o conceito de substancialidade, da mesma forma como foi tratada na Lógica; na terceira parte da Lógica, que trata do conceito e da idéia, entraram formas mais verdadeiras no lugar das categorias de substância, causalidade, ação recíproca, que ali não têm mais valor".⁹⁴ Se se toma realmente a sério a afirmação de que as categorias no plano supremo do conceito "não têm mais valor", então resulta que as partes da filosofia do real em Hegel teriam que ser investigadas e criticadas de uma forma nova, de modo que elas devessem se adequar à própria compreensão de Hegel, e à pretensão ou às exigências da CL.

A afirmação de Marx de que a Hegel não importa a lógica do objeto, mas o objeto da lógica, é uma afirmação compreensível, mas também ao mesmo tempo unilateral e que desvirtua o núcleo próprio do problema. Pois o erro de Hegel não reside no fato de que ele não se ocupa com a lógica do objeto, mas sim no fato de que ele não "aplica" a lógica de uma maneira consequente. Mas, se se faz com Marx a distinção entre "objeto da lógica" e "lógica do objeto", então tudo se torna incompreensível, e se abrem todas as portas aos falsos problemas e dificuldades insuperáveis. Então o que significa, ainda, a lógica? Como (isto é, com ajuda de que determinações, senão as lógicas) deve ser apreendida a (lógica da) coisa? O debate com Hegel se ressente até hoje de tais unilateralidades, ou melhor, destas falsas alternativas. Para além da insuficiência ou inconsistência hegeliana, quanto ao tratamento das determinações lógicas, ainda, podemos

93. *Berliner Schriften 1818-1831*, editados por J. Hoffmeister (Hamburgo 1956) 350.

94. *Ibid.* 351 (sublinhado por mim).

colocar a questão, se o Hegel posterior vê a concepção do sistema da *Enciclopédia*, que de resto é apenas um esboço do sistema, como a única possível, e com isso também como a apresentação adequada do sistema, ou se ele considera como possíveis ou necessárias outras formas de apresentação mais adequadas. Se o último for o certo, então resultaria que a intenção de Hegel só seria verdadeiramente apreendida, interpretando e acolhendo a sua filosofia em uma perspectiva criativa.⁹⁵

4.2 *Indícios de uma autocritica da Dialética Materialista?*

O presente trabalho tentou oferecer uma pequena contribuição ao esclarecimento do empreendimento ainda hoje enigmático de uma inversão materialista da CL. Deverá ter ficado claro que o caráter aporético da dialética materialista provém fundamentalmente daquela interpretação unilateral e falsa de Hegel, que desde o início determina e acompanha o programa e os conteúdos desta direção. Este caráter aporético manifesta-se, entre outras maneiras, na repetição estereotipada de alguns termos centrais, cujo verdadeiro significado e problemática não foram jamais sequer objeto de um exame crítico. Isso vale, sobretudo, para os termos básicos “idealismo” e “materialismo”. Ora, pode-se constatar que, em alguns trechos da imensa literatura dialético-materialista, se torna evidente o caráter problemático, tanto do uso destes termos, como também da falsa interpretação da CL, que condiciona esse uso, e que resulta ao mesmo tempo dele. As seguintes observações de Lenin ao capítulo final da CL em seu *Conspeto da Ciência da Lógica*, dizem muito: “É notável que, em todo o capítulo relativo à Idéia Absoluta, Deus não é quase mencionado (...), e além disso — nota bem isto — o capítulo não tem especificamente como conteúdo — o *Idealismo*, mas seu objeto principal é o *método dialético*. O resultado e resumo, a última palavra e o cerne da Lógica hegeliana é o *método dialético*, — isto é extremamente notável. E ainda o seguinte: Nesta obra, a obra *mais idealista* de Hegel, há um *mínimo* de idealismo e um *máximo* de materialismo. Parece contraditório, mas é fato!...”⁹⁶ O que significa aqui ainda “idealismo”, o que significa “materialismo”? Aonde conduziria o desenvolvimento conseqüente de tais começos de uma autocritica?

95. Tentei esclarecer e provar minuciosamente esta tese em meu livro citado na nota 1 (cf. especialmente a consideração final, pp. 335-346).

96. LW 38, 226.